

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Sexo e Sexualidade de quem faz: estudo antropológico dos casos de Abuso Sexual a  
partir dos autores

Bolsista: Natã Souza Lima, CNPq

MANAUS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H/0046/2012

Sexo e Sexualidade de quem faz: estudo antropológico dos casos de Abuso Sexual a  
partir dos autores

Bolsista: Natã Souza Lima, CNPq

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Wiggers

MANAUS

2014



## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	05
<b>2. Ouvindo e escrevendo relatos sórdidos</b> .....	11
<b>3. Funcionamento do Grupo de Autores</b> .....	15
3.1 Psicodrama.....	20
<b>4. Sexualidades relatadas</b> .....	21
4.1 Masturbação.....	21
4.2 As mulheres e o controle dos impulsos sexuais.....	24
<b>5. Violência, Sexualidade e Erotismo</b> .....	26
5.1 A noção de rito.....	29
5.2 Rito de manutenção.....	31
5.3 Rito de destruição.....	33
5.4 Rito de Controle.....	36
<b>6. Cronograma</b> .....	37
<b>7. Bibliografia</b> .....	38

## **1. Introdução**

Há algum tempo o estado do Amazonas tem concentrado muitos debates acerca do abuso sexual de crianças e adolescentes. Esse que, segundo Vigarello (1998), vem se tornando um problema ao longo da história do ocidente, é debatido e combatido na vida pública, e têm sido mais comum denúncias e notícias de crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

No Brasil os crimes sexuais contra crianças e adolescentes vêm sendo problematizados pelo menos desde os anos 80, decorrência do feminismo. Desde 2006 tais crimes têm sido cada vez mais evidenciados no discurso legislativo, com criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) tanto no Senado Federal quanto na Câmara Federal dos Deputados. As denúncias feitas às CPI's resultaram em investigações prolongadas e operações da Polícia Federal, geralmente com objetivo de identificar “redes de exploração”, ou “distribuição de pornografia infantil pela internet”.

Contudo, ainda são muitas as dificuldades que permeiam a problematização do abuso sexual, seu combate eficaz, o respeito às vítimas e demais direitos que deveriam ser assegurados ao envolvidos nas cenas dessa violência sexual. No Amazonas, os mesmos jornais que veiculam notícias de abuso sexual, as narram de forma pejorativa, com piadas de duplo sentido, desqualificando as vítimas ou destacando aspectos de virilidade naqueles que cometem tal violência (ver Wiggers, 2013).

Como afirma Wiggers (2013), ainda persiste no Amazonas um discurso permissivo ao abuso sexual, de tal modo que políticos acusados de violência sexual contra crianças ou adolescentes são (re)eleitos e admirados pelo povo.

Os órgãos de segurança pública não têm diretrizes sobre como julgar, atender ou investigar casos de abuso sexual. O sistema da lei, como afirma Lowenkron (2012), toma como base “materialidade do crime” para emissão de seu juízo e dos processos investigativos. A “materialidade” é usada como argumento que possibilitaria neutralidade, uma análise dos fatos como eles são (ou se mostram). Contudo, essa “neutralidade” não funciona plenamente, sendo recorrente que magistrados e investigadores usem sua subjetividade e moralidade, na análise dos casos.

Em muitos casos essa moralidade, a ignorância, a falta de preparo e qualificação, ou mesmo a incompetência profissional daqueles que exercem função em órgãos de segurança pública, impede que processos sejam abertos. É fácil denunciar os casos de abuso sexual, mas não é tão simples que uma denúncia se transforme em ocorrência policial, iniciando um processo investigativo. Em Manaus, alguns delegados têm exigido que, para formalização da denúncia, as vítimas apresentem o CPF dos abusadores, tarefa constrangedora e, muitas vezes, impossível de ser realizada.

Quando se consegue formalizar a denúncia, as vítimas são obrigadas a repetir as histórias várias vezes, ou são colocadas em salas de espera ou interrogatório, junto com seus “algozes”.

Essa tamanha dificuldade, pode ser a causa de muitos casos permanecerem nas relações domésticas: não se conta sobre o abuso; ou ignora-se a versão da criança/adolescente – de que fora abusado(a); ou abuso sexual é resolvido ali mesmo, no ambiente doméstico-familiar.

Desde 2005, uma psicóloga em Manaus encontrou uma “saída” para abordar os casos de abuso sexual em que os acusados da violência não foram presos ou julgados. Ela o Grupo de Autores, um atendimento psicossocial para pessoas acusadas de abuso sexual de crianças e adolescentes. As reuniões desse grupo ocorrem quinzenalmente, sempre as

sextas-feiras, nas instalações do Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Manaus, Amazonas.

Todos os *autores* atendidos são homens, ainda que o abuso sexual também possa ser perpetrado por mulheres. Durante a pesquisa o Grupo de Autores tinha sete membros frequentes: a psicóloga que coordena o Grupo, um psicólogo auxiliar e eu; e quatro homens acusados de ter cometido Abuso Sexual, que aqui optei por chamar *Magistri, Rei Salomão, Chefe e Major*.

Frequentei as reuniões do Grupo de Autores no período de outubro de 2011 até outubro de 2013 e descrevo como ocorrem as reuniões do Grupo de Autores, buscando compreender o que pretendem e como a metodologia de atendimento psicossocial proposta através do Grupo, é assimilada pelos *autores*. No fim da pesquisa acessei as fichas de atendimento de todos aqueles que frequentavam as reuniões com assiduidade, e pude saber como cada um entrou ali, do que fora acusado, como estava seu processo.

Este é meu segundo projeto de iniciação científica, no qual proponho o estudo das representações sobre sexo e sexualidade a partir de confessos autores de abuso sexual contra crianças e adolescentes. No primeiro projeto, apresentei a estrutura de organização do Grupo de Autores, um atendimento psicossocial para pessoas acusadas de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Destaquei, naquele trabalho as noções e representações sobre masculinidade, observações que me possibilitaram chegar ao conceito de “cuidado”, elaborado a partir de três momentos do atendimento, aos quais denominei: (1) responsabilidade pelo abuso sexual; (2) cuidado dos outros; (3) cuidado ativista.

Se, num tempo, nossa análise ficou restrita aos níveis da organização do *Grupo* em torno da não repetição do Abuso Sexual, e nossa abordagem permaneceu restrita ao

estudo da *Masculinidade*, percebemos que há necessidade de explicitar uma investigação sobre sexualidade, dissimulada no projeto anterior.

Conforme já salientado por Almeida (1995), “grande parte desta construção de uma cultura da masculinidade faz-se conversando sobre sexo, as relações entre os sexos e a sexualidade latente na homosocialidade”. No *Grupo de Autores* não é diferente. As falas sobre sexo, nas reuniões têm ocorrido com mais frequência, provavelmente pela relação estabelecida entre pesquisador, e os membros do *Grupo*.

O estudo da *sexualidade* ganhou certa autonomia como campo de pesquisa, devido a definição do *sexo* como algo que organiza a vida social, e que passa por tensões, conflitos e pelas relações políticas, principalmente na sociedade “ocidental”. A construção histórica da sexualidade, como já observada por Foucault, e mais recentemente por estudiosos *queer*, compõe os limites do *sexo* estabelecendo fronteiras entre certo/errado, puro/impuro. Concebemos *sexualidade*, além do significado biológico e seu sentido reprodutivo, como termo que remete a uma organização social do sexo (Foucault, 1981; Rubin, 1993; Braz, 2009). Interessa-nos conhecer as manifestações sobre o erótico, definidas segundo as construções sociais do gênero.

Os estudos etnográficos sobre *sexualidade* feitos no Brasil, atualmente, seguem dois rumos. O primeiro busca observar a construção/produção das identidades através do *sexo*. São trabalhos que versam sobre sociabilidades homossexuais, elaboração da masculinidade, relação entre movimento LGBT e Estado. Tais trabalhos observam as relações entre os limites da sexualidade, dedicando-se também aos conflitos e tensões entre “certo” e “errado”, hétero e homossexualidades.

O segundo experiências etnográficas sobre práticas e percepções da *sexualidade* que transitam além do eixo “certo/errado”. Tais estudos versam sobre práticas de *sexo*



*bizarro*, relações incestuosas, relações de S/M, pedofilia, zoofilia, etc. (Díaz-Benitez, 2012; Lowenkron, 2012; Braz, 2009). Esses temas, ainda que marcados pela *sexualidade* “certa/errada”, ultrapassam os limites do pensável, ocupam lugares que estão além das convenções de “a/normalidade”. As práticas sexuais ditas *bizarras* ou “*muito erradas*” rompem nossos esquemas conceituais e embaralham nossos sentidos.

O Abuso Sexual é uma prática que ultrapassa os limites do “certo/errado”, pois, o *sexo* de adultos com crianças, marcado pelo ato de violência, destrói as fronteiras que estabelecemos na vida social, pondo nossas categorias de definição do mundo em suspensão. As noções de infância, criança, pureza, consentimento e cuidado, são abaladas, e já não temos clareza do *que é o quê*, pois as noções úteis antes do Abuso Sexual já não servem.

Diferente de outras práticas de *sexo* indizíveis e invisíveis, o Abuso Sexual de crianças e/ou adolescentes – que também remete a outros termos, como a pedofilia, associada à doença psiquiátrica, ou exploração sexual, agravada pela exploração financeira – tem sido concebido como um *problema social*<sup>1</sup> do nosso tempo. Segundo Lowenkron (2010)

“abuso sexual” emerge enquanto problema político, relacionado às desigualdades de gênero, por volta dos anos 1960, a partir da atuação da segunda onda do movimento feminista, que formula a crítica ao “modelo patriarcal” de família, que legitimaria a violência de homens contra mulheres e de adultos contra crianças. Na passagem da década

---

<sup>1</sup> Na definição Ribeiro (1999) um problema social é resultado de “*um processo pelo qual um determinado grupo (velhos, mulheres, crianças, índios, etc.) é distinguido e a situação em que se encontram seus integrantes é considerada, por alguma razão, socialmente problemática. A distinção do grupo se afirma pela discussão de concepções que os definem como sendo pessoas que ameaçam a paz pública ou que se devem ser especialmente protegidas ou que não devem ser discriminadas. A construção de um problema social envolve também sua transformação em objeto de mobilizações, disputas e alvo de políticas sociais*”. (RIBEIRO, 1999).

de 1980 para a de 1990, essa crítica é incorporada pelos movimentos sociais emergentes que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, que passam a tratar o “abuso sexual infanto-juvenil” enquanto uma questão política particularizada e especialmente dramática.”.

Por *ferir* valores considerados importantes para alguns grupos sociais, principalmente a ideia de pureza associada à infância, o Abuso Sexual evoca, através do sentimento, a repulsa das instituições do Estado, e a abordagem política busca enfatizar a

“assimetria de poder (pela diferença de idade, experiência, posição social etc.) e/ou no dano psicológico, [podendo ser] por força, promessas, ameaça, coação, manipulação emocional, enganos, pressão etc.”(Lowenkron, 2010).

Além do agravante da violência, os discursos institucionais sobre o tema parecem reforçar que “*o sexo é considerado culpado até que provem sua inocência*” (Rubin, 1993). Gayle Rubin (1993), ainda salienta que “*virtualmente todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que uma razão específica para isentá-lo tenha sido estabelecida. As mais aceitas desculpas são o casamento, a reprodução e o amor*”.

As expressões sobre *sexo* ou *sexualidade*, no *Grupo de Autores*, ocorrem de formas variadas. Quando falam das suas experiências sexuais, com mulheres adultas, reforçam estereótipos de “macheza”, “virilidade”, e expressam moralidades referindo-se a necessidade de serem fiéis às esposas, mas a dificuldade em fazê-lo.

Por outro lado, as falas sobre o *sexo* do Abuso, são marcadas por expressões de nojo, arrependimento, acusação, ressentimento e culpa. Numa das reuniões, um deles afirmou

que não consegue ficar no lugar da casa onde fez o Abuso, que passa mal todas as vezes que olha para as paredes do lugar.

Noutros casos, ter relações sexuais com esposa, é visto como uma saída para a não repetição do Abuso Sexual. Se a troca de um *sexo sujo*, por um *sexo limpo*, consentido através do laço conjugal, é um recurso usado como prevenção do Abuso, o contrário é declarado como uma possível causa. Através dessas falas, as dimensões da *sexualidade* dos autores de Abuso Sexual são percebidas como algo palpável para uma análise antropológica dos acusados de violência sexual contra crianças/adolescentes.

Propor uma análise, que passa pela *sexualidade* e as suas dimensões de *sexo* dos casos de Abuso Sexual, parece ser extremamente possível e inovador nesse contexto. Vamos observar o tema pela via mais *delicada*, a que mais mexe com os nossos sentidos e categorias. Algumas descrições nos permitirão *quase ver* o Abuso a partir de que faz, e não daqueles que pela violência não podem *dizer*.

## 2. Ouvindo e escrevendo relatos sórdidos

“Os homens morrem à noite em seus leitos, apertando as mãos de fantasmagóricos confessores e olhando-os lastimosamente nos olhos – morrem com o coração em desespero e a garganta em convulsão, em virtude do caráter hediondo de mistérios que não se dão a revelar. Às vezes, lastimavelmente, a carga de horror que a consciência do homem sustenta é

tão pesada que só na cova pode ser aliviada. Fica-se sem saber, pois, em que consiste a essência do crime.”

Edgar Allan Poe – O homem na multidão

“Olhar, ouvir e escrever”, são três etapas elaboradas por Roberto Cardoso de Oliveira (2006), que, de modo bastante prático orientam grande parte da metodologia dos trabalhos em ciências sociais no Brasil. Há outros debates mais profundos acerca da metodologia de pesquisa em ciências sociais, que vão dos cuidados éticos às possibilidades de transgressão das “cartilhas” de métodos de pesquisa; que se dedicam às diferentes epistemologias, defendendo as perspectivas “mais adequadas” ou salientando os problemas existentes em cada uma. Contudo “olhar, ouvir e escrever”, permanecem como etapas elementares do processo de pesquisa.

Nos *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Bronislaw Malinowski (1984), bem antes de Cardoso de Oliveira, sugere etapas semelhantes para a execução da pesquisa antropológica, que deve ser capaz de dar ao Outro, *esqueleto, carne, sangue e espírito*, este último o clímax da descrição, o que faz uma boa etnografia.

Se as etapas salientadas por Roberto Cardoso de Oliveira e Malinowski podem ser consideradas elementares, creio que há uma vasta complexidade em executá-las, pois o esforço de compreender o *espírito* alheio é por vezes doloroso. Exige de nós extraordinária *alteridade*.

Meu contato com o Grupo de Autores ocorreu no meu primeiro ano da graduação em Ciências Sociais, enquanto participava como bolsista de um projeto de extensão universitária que visava uma colaboração antropológica ao Creas, na época o único em Manaus. Outras alunas já participavam do projeto. Uma delas estudava os conflitos

familiares resultantes das denúncias de abuso sexual. Outra se dedicava aos atendimentos de casos de exploração sexual. Outras colegas trabalhavam na elaboração de oficinas e grupos focais com mães das vítimas e com as profissionais que atendiam casos de abuso e exploração sexual no Creas. A intenção de nossa orientadora era de, a partir do Creas, cercar o “problema ‘violência sexual contra crianças e adolescentes’ por diversas perspectivas”.

Conversando com a coordenadora do Creas, percebemos que eu poderia participar das reuniões do Grupo de Autores. Todas ficaram muito animadas, principalmente de que eu lhes “explicasse depois como é que funciona isso”. Percebi que pouco se sabia como esse grupo funcionava, sobre suas intenções ou acerca do que se falava ali. Havia pouca informação no Creas sobre as datas das reuniões, ou de quantas pessoas participavam.

Fui ao primeiro encontro. A psicóloga coordenadora do Grupo de Autores pediu que os homens, que já aguardavam o início da reunião, esperassem na recepção. Ficamos conversando por quase uma hora. Ela me explicou como o Grupo surgiu, a finalidade do nome – que mais adequado seria chamá-los de “autores” -, que dependendo da aceitação dos demais membros, eu poderia continuar participando daquelas reuniões.

Todos entraram e me apresentei, dizendo-lhes sobre o projeto de extensão do qual participava, que eu anotaria o que eles falariam e que manteria seus nomes em segredo. Cada um deles falou, agradecendo meu interesse, salientando que “sempre é bom que venha alguém pra ajudar”. O último a falar, pediu que em contrapartida, eu os fizesse “ficar conhecido”, que por meio do meu trabalho ali, o Grupo de Autores fosse divulgado para que mais pessoas tivessem acesso, que mais homens soubessem que “era possível mudar”.

Qual o recorte possível para uma pesquisa antropológica no Grupo de Autores? Como eu poderia ser fiel a contrapartida que me fora solicitada? Em meio a essas questões

estava também uma indagação da psicóloga, feita em minha primeira participação: “o que um aluno de ciências sociais, a partir da antropologia pode fazer nesse grupo? Como é isso?”.

A dinâmica das reuniões não permitia que eu ficasse apenas anotando o que via. Era necessário que eu falasse o que pensava sobre um tema específico levantado por um dos membros, ou que permanecesse atento ao que era dito. Temas, por vezes, muito sensíveis, que exigiam além de minha presença e atenção, uma troca, de palavras, gestos, e sensibilidade com aqueles que me contavam partes quase indizíveis de sua história.

Com o passar do tempo encontrei uma posição nas reuniões do grupo de autores. Passei a fazer a conclusão das reuniões, apontando avanços e contradições no discurso dos membros, salientando os aspectos positivos e negativos, de acordo com a proposta do grupo, em cada fala. A partir dos diários de campo, e das anotações que fazia durante as reuniões, eu conseguia fazer apontamentos sobre o “avanço” de alguém.

Realizar a pesquisa no Grupo de Autores foi muitas vezes um exercício de sofrimento, principalmente quando me deparei com os relatos da violência cometida pelos membros do Grupo de Autores, contra crianças. No início evitei saber detalhes sobre os crimes de que eram acusados os autores, mas não escapei disso por muito tempo, já que em algumas ocasiões eles me contaram como fizeram o abuso sexual.

Busquei nessas falas, onde muitas vezes a verdade dos fatos era distorcida, representações sobre a vida, a partir do abuso sexual cometido. As representações podem ser compreendidas como noções essenciais que dominam toda a vida intelectual. Podem ser compreendidas como categorias do entendimento, ou noções que atribuímos às coisas e fenômenos da vida.

As representações são “como quadros sólidos que encerram o pensamento” ou ainda “como a ossatura da inteligência” (Durkheim, 1996). Ao buscar representações relacionadas ao abuso sexual, nas falas dos *autores*, empreendo-me na busca de noções ou estruturas de pensamento que tornam o abuso sexual “possível”.

Assim, interessa saber como eram elaboradas as falas em Grupo, que diferenças apresentavam entre si na mesma reunião e que diferenças surgiam quando algo na estrutura das reuniões do Grupo mudava (como quando a psicóloga não comparece e estiveram sozinhos comigo).

Encerrei minha participação nas reuniões do grupo de autores em outubro de 2013, antes do tempo previsto. Essa decisão se deu tanto porque senti que precisava interromper minha participação às reuniões para dedicar-me mais a análise dos dados obtidos; quanto pela minha exaustão diante dos relatos de violência sexual. As reuniões já não ocorriam com a mesma frequência, por diversos problemas relacionados aos horários da psicóloga, em conflito com a agenda do Creas.

Contudo, desde lá, tenho tentado cumprir com a contrapartida solicitada pelos membros do grupo, debatendo com pessoas da rede de proteção a criança e ao adolescente sobre possibilidades e estratégias de manutenção do grupo de autores e sua maior divulgação. Durante a pesquisa também procurei, a partir das participações em congressos trocar ideias e impressões sobre o grupo de autores, tendo sido educado em diversas ocasiões, acerca de meu duplo comprometimento: com a antropologia e com meus interlocutores.

### **3. Funcionamento do Grupo de Autores**

O *Grupo* reúne-se quinzenalmente, sempre as sextas-feiras, no Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Manaus. Conta com cerca de sete

membros fixos - a psicóloga que coordena o *Grupo*; um psicólogo recém-formado, que começou a trabalhar no grupo quando ainda era graduando<sup>2</sup>; e por mim, Natã Souza, graduando em Ciências Sociais, como pesquisador; e quatro *autores* frequentes, homens acusados de ter cometido Abuso Sexual, que aqui optei por chamar: *Magistri, Rei Salomão, Chefe e Major*.

As reuniões aconteciam pela manhã, começando as oito horas, mas mudamos de horário porque alguns membros do Grupo não podiam mais comparecer, e agora iniciamos a reunião as quatorze horas da tarde. As cadeiras que utilizamos na reunião são compartilhadas entre as salas de atendimento e eu ou a psicóloga que chegamos mais cedo, colhemos cadeiras em outras salas e as organizamos em círculo. Todas as cadeiras são diferentes entre si, apenas uma é boa e confortável - o assento da psicóloga - as demais são desconfortáveis ou quebradas.

A psicóloga senta-se numa posição paralela a porta da sala. Eu sento entre dois *autores*, tentando não ficar em oposição direta à psicóloga, apenas em contraponto. Chefe e Rei Salomão sentam perto um do outro, Magistri senta-se perto da psicóloga e Major fica ao meu lado ou à minha frente (do lado oposto ao de Magistri).

O psicólogo assistente, quando comparece a reunião, senta-se próximo a psicóloga. Quando ela não vai, senta em sua cadeira. Quando apenas eu e outros *autores* vamos a reunião a cadeira mais confortável, usada pela psicóloga, fica vazia.

Geralmente chegamos ao Creas em horários diferentes, e quando nos encontramos, conversamos sobre diversos assuntos. A agitação do trânsito da cidade, das atividades e responsabilidades que temos lá fora, compõem sensações mistas, revividas e comentadas. Na conversa, os sentimentos do cotidiano são mutuamente abrandados e,

---

<sup>2</sup> Os psicólogos que trabalham no *Grupo de Autores* são voluntários



quando todos já estão mais calmos, fora do ritmo da cidade, alguém diz: “vamos fazer a prece?”.

A conversa mais séria, geralmente começa após essa oração. A prece, como é chamada no grupo, não tem uma matriz religiosa definida, depende de quem a faz, e todos respeitam os códigos estabelecidos pelo orador. Para a psicóloga que coordena o Grupo de Autores, a prece tem a função de evitar explicações sobrenaturais para o ato do abuso sexual, o que, segundo ela era muito comum. Para a psicóloga a prece limita à crença as “intervenções sobrenaturais” alegadas pelos *autores*, não deixando margem a esse discurso no decorrer da reunião.

Já houve situações em que não fizemos prece no início. Foram dias em que estávamos com problemas envolvendo alguns membros, e as conversas que vinham de fora tinham de fazer parte daquelas que teríamos no grupo. Foi o caso de quando um dos *autores* foi intimado pela justiça, situação que até ali, nenhum dos nossos membros tinha passado. Naquele dia todos chegaram à reunião sabendo disso, e falando de como deveríamos encarar a situação.

A prece estabelece o tom da reunião. As performances são mais bem elaboradas quando há prece no início, e assim, havendo certo cuidado com o que se fala. Quando não há prece, fala-se de forma mais explícita sobre sexo, abuso sexual, sensações de injustiça, culpa-se a criança de ter “provocado” o abuso. Mesmo sem a prece, há aqueles que permanecem atendo ao propósito da metodologia do Grupo de Autores.

Depois da prece, a psicóloga pergunta como foi a semana, ou pede que os *autores* falem sobre alguma tarefa, que foi sugerida e deve ter sido realizada no período de intervalo entre uma reunião e outra. As tarefas mais constantes nos anos de 2012 e 2013 foram “exercitar esse deixar ser cuidado”, em que os *autores* tinham de ceder um pouco no controle dos outros, em vários “papéis” exercidos na vida como na família, no trabalho,

entre os amigos, etc. Outras tarefas como “se perdoar”, “tomar uma atitude em relação a vida”, “exercer cuidado” também foram bastante aplicadas, algumas em casos mais específicos.

Cada um tem sua vez de falar, e esse momento deve ser respeitado, o que nem sempre acontece. No fim de cada fala dos *autores* a psicóloga faz algum comentário ou pede que outro *autor* comente a fala do colega. Eu quase não falo no decorrer da reunião, mas faço várias anotações, e tenho como responsabilidade fazer uma “fala de fechamento” da reunião, onde relaciono as opiniões expressas nas conversas em grupo, contrapondo-as, questionando-as ou apontando progressos.

O acompanhamento sistemático dessa rotina das reuniões do Grupo de Autores me permitiu compreender seu funcionamento e obter relatos sobre o passado, as experiências da vida de cada *autor* que não estavam, no momento em que foram ditas, relacionadas ao abuso sexual.

Já houve situações em que não fizemos prece no início. Foram dias em que estávamos com problemas envolvendo alguns autores, e que as conversas que vinham de fora tinham de fazer parte daquelas que tínhamos no grupo. Foi o caso de quando um dos autores foi intimado pela justiça, situação que até ali, nenhum dos nossos membros tinha passado. Naquele dia todos chegaram à reunião sabendo disso, e falando de como deveríamos encarar a situação.

Além de estratégia e marco, a prece também tem a função de estabelecer o tom da reunião. As performances são mais bem elaboradas quando há prece no início, e assim, há mais informações latentes nas falas dos autores. Quando não há prece, fala-se de forma mais explícita sobre as inquietações, entretanto, a metodologia proposta para o atendimento psicossocial no *Grupo* é parcialmente deixada de lado.

As cadeiras ficam dispostas formando um círculo, sempre possibilitando que fiquemos de frente uns aos outros, e ao mesmo tempo, do lado de alguém. O círculo propõe uma equivalência estética entre os participantes. Permite, pelo menos, que todos falem, e possam ser vistos. Estar frente a frente, para os *autores* é importante, pois transmite credibilidade. Isso, inclusive, já foi tema de debate em uma reunião.

Houve uma ocasião em que um homem foi encaminhado pela equipe do Creas para o *Grupo de Autores*, enquanto estávamos reunidos. Este chegou muito atordoado à reunião, acompanhado por uma psicóloga do Creas. Ele não esperou para perceber como o *Grupo* funcionava, e, ao apresentar-se disse: “*Eu não fiz nada disso. Eu não faria uma coisa horrível dessas. Isso é perseguição... uma vez eu fui acusado de matar minha mulher e meu filho de dois anos, a facadas, e viram que era invenção*”. Os participantes mais antigos do *Grupo* ficaram calados por algum tempo, e depois um deles interviu dizendo que o *Grupo de Autores* seria uma boa oportunidade para pensar, que quando participou pela primeira vez, “*também negava*”, mas depois viu “*que o certo era assumir*”.

No *Grupo*, ainda que exista um discurso sobre “*a liberdade de falar*”, “*apoio mútuo*” e “*compreensão*”, há um esforço de transmissão de confiança, tentativas de comprovação acerca do que se fala. Não é suficiente, por exemplo, contar à alguém que é inocente, acerca da acusação de Abuso Sexual, é necessário compor uma lógica factível afim de alcançar a aceitação dos demais membros. Essa lógica, no entanto, é compartilhada de acordo com o nível de envolvimento do indivíduo na relação com o coletivo. Os participantes recém-chegados a quaisquer reuniões do *Grupo* tendem a ser ridicularizados, tomados como inexperientes, pelos “veteranos”.

Esse *jogo de dúvida-comprovação-aceitação* ocorre tanto num movimento dos *autores* entre si, como também na relação entre *eles* e *nós* (psicólogos e eu, como pesquisador).

### 3.1 Psicodrama

A metodologia de atendimento utilizada no grupo de autores foi inspirada na “teoria de papéis”, ou “psicodrama”. Inaugurado por Jacob Levy Moreno, o “psicodrama”, também chamado de “sociodrama”, preconiza que os indivíduos podem alcançar clareza sobre os diversos papéis que exercem na vida, levando-os a uma consciência de seu “Eu”.

A terapia psicodramática, conforme as propostas iniciais de Moreno tem base no teatro, prevendo que os indivíduos que participam dela, interpretem personagens, geralmente diferentes do que fazem na “vida real”. Assim, se uma dona de casa tem surtos de violência e agressividade, na terapia psicodramática ela interpretará personagens que demonstrem afetos, carinhos, e outros sentimentos e características divergentes daqueles que demonstra no cotidiano. Essa terapia tem como finalidade a demonstração de outras possibilidades de agir no mundo, e a partir delas, a criação ou melhoria do “Eu”.

O grupo de autores não funciona estritamente de acordo com a proposta de Moreno, já que a mesma foi transformada em outros modelos de terapia psicodramática. Contudo, permanecem os jargões típicos da teoria de papéis, como a noção de “papel social”, o exercício de fazer na vida cotidiana, e no grupo, ações diferentes daquelas que se fazia comumente.

Nessa metodologia de atendimento, os membros são convidados a repensar seus “papéis”, criando principalmente uma divisão da vida em “antes do abuso/antes do grupo” e “depois do abuso/depois do grupo”. Outra noção comum é a de “automatismo”, reações e posturas que se toma na vida sem uma reflexão consciente sobre o que está sendo feito. Os autores do grupo são convidados recorrentemente a sair do “modo automático”.

A especificidade do motivo que leva os homens ao grupo de autores – a acusação de abuso sexual – aponta para questões das relações de gênero que vão sendo destacadas e renegociadas. A lógica na qual opera a metodologia do atendimento é de que quanto mais centralizador ou mais patriarcal, menos cuidadoso é o homem. A honra daqueles que chegam ao Grupo de Autores, o que fundamenta sua masculinidade, está formulada pelo controle das finanças na casa, pela submissão dos outros membros da família ou sobre o esforço no trabalho.

#### **4. Sexualidades relatadas**

Pretendo neste capítulo, tratar das práticas sexuais e representações sobre a sexualidade, apontados como motivos para a violência sexual. Para alcançar meu objetivo utilizarei como “causas apontadas” os dados obtidos durante a pesquisa de campo e os dados de outros trabalhos realizados em contextos semelhantes.

##### **4.1 Masturbação**

Um homem chegou na metade da reunião. Foi trazido por uma das psicólogas do Creas, que sempre ajudava nas reuniões do grupo de autores, fazendo o encaminhamento de casos. O homem tinha baixa estatura, era moreno de traços caboclos. Sentou ao meu lado, à esquerda, onde ainda havia uma cadeira vazia.

Permaneceu muito tempo calado, enquanto Rei Salomão falava aos montes de sua viagem para Parintins – já era a segunda reunião em que falava daquele assunto, com a mesma empolgação, sorrindo, e citando o poema que fizera à esposa, recitado num barco, enquanto navegavam no rio dali.

Depois de Rei Salomão, outros falaram, até que Chefe encurtou sua vez, assuntando cordialmente que o ideal seria deixar que o novato se apresentasse.

Cabisbaixo e com jeito desconfiado de falar, levava a mão à nuca e, vez ou outra, olhava para alguém um pouco de lado. Logo falou que não havia feito nada daquilo, que era um bom pai e jamais faria uma coisa horrível dessas. Rei Salomão me olhou e deu um riso travesso, como se dissesse não acreditar no relato do homem, que continuava a falar. Dizia que iria superar isso, pois já fora acusado de matar com facadas, a antiga família: sua mulher e sua filha, na época de três anos. Fora inocentado.

Todos na sala ficaram desconfortáveis com a informação, mas o homem prosseguia, falando que passou “um ano sem mulher e ficava fazendo aquela coisa feia”. A fim de ilustrar para seus ouvintes a tal “coisa feia”, colocou a mão semiaberta entre as pernas, subindo e descendo. Entre o assassinato do qual fora inocentado e a formação de uma nova família, o novato do grupo masturbava-se. Em sua ficha de atendimento, feita noutro horário, por uma psicóloga do Creas, havia a mesma informação, com a descrição dos mesmos gestos que usara.

A masturbação é apontada pelo Novato como um problema, chamada de “coisa feia”, em contraponto ao casamento. A união com uma mulher, e a constituição de uma nova família, são os elementos usados para a caracterização de uma moral adequada, que proporciona um “sexo bom”, nos termos de Rubin (1993).

No âmbito dos estudos sobre a sexualidade, tem tido cada vez mais espaço o debate sobre as origens da masturbação e as restrições que tem sido impostas à essa prática ao longo da história. Foucault, dialogando com Sennett, assinala sua surpresa ao descobrir que a regulação do “sexo solitário”, na modernidade, deu-se em meados do século XVII e XVIII, não pelas determinações da igreja, mas pela medicina.

Segundo Laqueur (2007) foi a partir de *Onania* - livro cuja data de publicação é incerta, entre 1700 a 1740 - que as interdições à masturbação se tornaram mais comuns. Sua autoria é desconhecida<sup>3</sup>, contudo, sabe-se que *Onania* foi um livro com pretensões medicinais, ainda que duvidosas e vulgares, sendo publicado com prescrições e propagandas de medicamentos antimasturbatórios. Os boatos que o livro gerava iam desde os perigos morais como isolamento, rebeldia, solidão, doenças psíquicas, até problemas físicos, como a mudança do sexo biológico a partir da manipulação feminina do clitóris.

Por volta de 1917 foi adicionada uma carta, sobre as experiências sexuais de uma mulher no casamento. Ao longo do tempo, acumularam-se os relatos de sucesso moral e biológico a partir do sexo no casamento, e por volta de 1740 o livro *Onania*, passou a ser vendido com livro erótico *soft*, contudo muitas outras bibliografias acerca da masturbação já haviam sido escritas.

Se *Onania* foi uma obra tida como vulgar na época, acusada de charlatanismo e sem fundamento científico, foi *L'Onanism*, publicada em francês no ano de 1760 pelo médico iluminista David Tissot, que garantiu respeitabilidade ao tema entre os circuitos eruditos da época, tornando-se logo um best-seller, com cerca 139 edições ao todo (em diversas línguas) durante o século XVIII. Segundo o autor, seu interesse não era tratar a masturbação como problema moral, mas salientar os problemas físicos decorrentes dela. Apesar disso, afirmava que “o corpo sofre quando as praticas sociais violentam a ordem natural”. Rousseau alguns meses depois da publicação de *Emílio*, salientou a partir da obra de Tissot, que seria mais fácil ao jovem desvencilhar-se de uma mulher inadequada que escapar das práticas que *L'Onanism* adverte (Laqueur, 2007).

---

<sup>3</sup> As edições das quais se tem notícia, dão crédito à Thomas Crouch pela sua elaboração.

Os estudos de Freud sobre a masturbação a mencionam como impulsos sexuais infantis, necessários para o desenvolvimento da sexualidade, mas dispensáveis na fase adulta. Para a corrente psicanalítica freudiana um adulto que pratica o sexo solitário, evidencia seu fracasso, sua imaturidade, e má socialização.

A partir dos anos 70 do último século, principalmente com o advento das reivindicações feministas – a bibliografia e os estudos especializados, bem como a militância – defendem a masturbação como uma prática saudável e até emancipatória. Contudo, a proclamação da liberdade e independência sexual de parceiros e do casamento, segue acompanhada pelo surgimento do mercado de *sex shops* e pornográfico.

#### 4.2 As mulheres e o controle dos impulsos sexuais

Se, por um lado, o sexo solitário é visto como algo ruim, o excesso de parceiras sexuais também não é incentivado pelos membros do Grupo de Autores. Ambos os contextos são colocados como extremos problemáticos, diante do modelo ideal de regulação do sexo, o casamento. Assim, os relatos conjugais são contrapostos ao da vida pregressa, repleta de “traições”, de “casos” com muitas mulheres.

Numa das reuniões Chefe relatou, como êxito da última semana, a resistência em ceder aos encantos de uma mulher mais nova do que a sua, “bonita e bem arrumada”. Dizia que “antes iria com ela”, referindo-se ao tempo em que não participava do Grupo de Autores. Chefe contou que era muito comum isso acontecer, “de uma mulher dar em cima e eu ir, ou de eu dar em cima e dar certo. Porque as vezes uma mulher gosta de ser chamada até mesmo de ‘gostosa!’, essas coisa assim. Aí aconteceu dessa vez, mas eu resisti”.



O casamento é um tema recorrente nas reuniões do grupo de autores. O bom relacionamento com as esposas significa que os impulsos sexuais estão sob controle. Não apenas para aquele novato, que praticava “aquela coisa feia”, mas para outros membros do Grupo de Autores, as relações com mulheres são percebidas como necessárias e saudáveis. Essa é uma relação quase óbvia, e tem o apoio da psicóloga que coordena o grupo.

*Magistri*, um dos membros do grupo fora acusado de abusar de várias meninas na escola onde trabalhava. A explicação dada para “o problema” foi a dificuldade de relacionamento com a esposa, tratada até ali por ele “quase como uma irmã”. Para o casal era necessário um investimento na relação conjugal, nas práticas sexuais e no romance entre ambos. Para a psicóloga, esses também eram os meios pelos quais *Magistri* conseguiria evitar novos casos de abuso sexual. A relação conjugal seria o seu freio.

Durante as reuniões do Grupo de Autores a ênfase dada ao caso de *Magistri* era posta no andamento de sua relação com a esposa. Ele, por sua vez, exaltava os carinhos cada vez mais recorrentes entre ambos, “o amor” do casal, “o sexo cada vez melhor” do qual falava com fingida convicção.

Na verdade, *Magistri* parecia muito mais empolgado ao ouvir os relatos das relações sexuais dos outros membros do grupo, do que falar dos seus próprios. Apenas uma vez, ao falar de uma fantasia erótica, demonstrou o mesmo ânimo já exibido como um *quase voyeur* de casos alheios, relatando seu fetiche por calcinhas vermelhas com renda e laterais finas, um relato que parecia mera especulação.

Se as mulheres são percebidas, nos discursos dos participantes do Grupo de Autores, como o meio para o controle dos impulsos sexuais masculinos, elas não representam a

plenitude dessa proteção. Não é no sexo heterossexual que a segurança (de não abusar de crianças) é conquistada, mas através da união conjugal, que visa a criação de um novo grupo doméstico. Trata-se da concepção de que o parentesco heterossexual funda a [sagrada] família (Butler, 2010).

A crença na conjugalidade, que pelo sexo cria família, parece absurda diante dos inúmeros casos de abuso sexual registrados em ambiente doméstico, envolvendo parentes.

## **5. Violência, sexualidade e erotismo**

Se vasculharmos da bibliografia antropológica à literatura erótica, certamente, encontraremos muitas referências que relacionam violência, sexualidade e erotismo.

Na antropologia essa relação é observada principalmente sob influencia do feminismo. Por um lado, um *feminismo antipatriarcal* que relaciona homens (e o masculino) a violência, e mulheres à passividade, gerando o eixo *vítima – agressor*, com papéis de gênero fixos. Essa corrente persiste desde os anos 60, tendo seu auge nos anos 80 e 90, que marcam lutas incisivas no âmbito dos direitos das mulheres.

Contudo, a partir dos anos 90 surgem novas perspectivas sobre a violência de gênero, que tendem a flexibilizar o eixo *vítima – agressor*, desmistificando a posição de passividade sob a qual as mulheres eram estariam submetidas. Nesse sentido os trabalhos sobre sadomasoquismo ilustram o quão dinâmicas podem ser as posições de atividade/passividade relacionadas ao sexo e ao prazer, já que o gozo do passivo pode depender do “bom desempenho” do ativo, e vice-versa.

Um bom exemplo das novas visões sobre as relações que envolvem prazer e dor, e que flexibilizam as posições de “ativo/passivo”, foi a relação sadomasoquista de Hannah

Cullwick e seu marido, Arthur Munby, analisado em “Couro Imperial”, por Anne McClintock. Hannah, uma pobre empregada inglesa, escreveu em seu diário as relações sadomasoquistas e fetichistas que teve com Arthur, um advogado “frágil” e de família rica. Segundo McClintock (2012), algumas interpretações sobre o caso de Hannah tendiam a percebê-la como uma vítima dos fetiches do marido. Contudo, para McClintock

“Longe de limitar-se a ser uma trabalhadora braçal passiva, ela protegia teimosa e firmemente seus próprios interesses e resistia a Munby quando suas necessidades entravam em conflito com as dele. O retrato crítico de Cullwick como uma triste mulher sem valor e objeto de brincadeiras abusivas apenas serve para anular o auto-respeito e a atuação que ela lutou tanto e tão teimosamente para preservar, em circunstâncias extremamente limitadas”. (McClintock, 2012)

Creio que, mais admirável é o interesse de McClintock em demonstrar que tipo de atuação é possível nas situações de extrema desigualdade social. Esse desafio segue a crítica à teoria feminista que reduz as mulheres a serviçais vitimizadas.

Para Gregori (2013) é difícil construir um relação entre violência e erotismo. Essa dificuldade dá-se tanto pela resistência teórica persistente nos estudos de gênero, decorrentes daquela fixação de feminino e masculino no eixo *vítima – agressor*; quanto pela dificuldade de, teoricamente, formular a união de prazer e dor/sofrimento. Para a autora,

existe uma relação – ainda a ser decifrada com cuidado e nuance – entre a violência de gênero e um conjunto de concepções e práticas

relativas à sexualidade (e conjunto, importante salientar, desde que visto como sendo recortado pela diversidade e por variados significados). Em particular, tal relação deve dizer respeito a algum aspecto que interconecta a prática sexual no interior de um campo simbólico particular – a uma “erótica” – no qual feminino e masculino, corpo jovem ou velho, asiático, branco, pardo, negro e o suporte de tais definições não estão colados necessária e exclusivamente a mulheres e homens, como sujeitos empíricos, supondo uma relação de força, de subjugo e de dor. (Gregori, 2013)

Gregori sugere que a interpretação dos casos de violência de gênero (sexual, doméstica, conjugal) deve construir para si etapas ou processos, de pensamento para a interpretação dos fenômenos. Para analisar a relação entre prazer e sofrimento num caso de violência conjugal, a autora recorre a Barthes, Bataille e aos pós-estruturalistas da filosofia e antropologia, como Butler e Moore.

Para relacionar sexualidade, erotismo e violência, recorrerei a outro esquema analítico, mantendo a sugestão de Gregori (2013), elaborando etapas de análise dos casos de abuso sexual obtidos no Grupo de Autores.

O Abuso Sexual é um tema que nos causa indignação pela violência sexual contra uma criança ou adolescente, que gera uma série de inquietações, quando nos questionamos acerca das motivações para a violência. Quando investigamos o assunto mais a fundo, nos deparamos com diversas possibilidades de explicação, das desigualdades nas relações de gênero aos impulsos sexuais que movem adultos cuja erótica é voltada às crianças, como o caso dos pedófilos; da construção histórica da violência sexual como

problema, aos dilemas jurídicos e epistemológicos sobre a transformação da violência sexual em crime.

Todas essas perspectivas me parecem interessantes, e, a seu modo, dão explicações satisfatórias sobre o tema. Contudo minha inquietação, particular ao contexto da pesquisa, segue duas pistas gerais: (1) o que faz com que o abuso sexual aconteça; (2) como o grupo de autores consegue mantê-los sem a prática da violência sexual.

A argumentação a seguir é desenvolvida em duas direções. Na primeira busco relacionar a noção do “sacrifício” como “ritual expiatório”, elaborada por Girard (1990) aos ritos da vida de autores de abuso sexual que frequentaram assiduamente as reuniões do Grupo de Autores.

### 5.1 A noção de rito

Segundo Van Gennep (2011), todas as sociedades são subdivididas em “sociedades especiais”, espaços diferentes ou antagônicos. São categorias como classe, religião, raça, gênero, idade, morte e nascimento que subdividem o mundo social. Transitar entre as diferentes categorias e dentro dessas categorias exige cerimônias específicas.

Para DaMatta (2011) os ritos são esses espaços de transição ou intervalo que permitem que passemos pelas transformações da vida, e sem eles tudo talvez se tornasse mais duro. Este autor, portem, salienta que sempre existem, os rituais mais violentos, que impõem dureza à passagem ou forçam a permanência da ordem. VanGennep que classificou os ritos, em diversas categorias e subcategorias relacionáveis, reforça esta ideia afirmando que

“é o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial à outra e de uma situação social à outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas[...]”. Van Gennepe (2011)

A compreensão sobre a noção de rito me parece bastante útil para alcançar a relação entre sexualidade, erotismo e violência não apenas pela noção em si, mas principalmente pelo trabalho de Girard (1990) que relaciona violência e rito, através do ritual do “sacrifício”, algo “muito sagrado”, ou “uma espécie de crime”.

Para Girard a violência precisa ser saciada e é essa a lógica do sacrifício, pois é por meio desse ritual que a violência do grupo destina-se à alguém. O autor argumenta que a compreensão sobre o sacrifício, gera a necessidade de compreensão acerca da violência.

A questão em Girard é que se a violência não for direcionada, não tiver seus, irromperá em lugares improváveis, inalcançados, incontroláveis. Girard aponta essa necessidade de expansão da violência através dos ritos de sacrifício, nos quais a violência de um grupo social é destinada à algum ser.

A violência sacrificial, que é medida e calculada segundo o rito, é destinada à alguém. Contudo, a sua premissa é a proteção daqueles aos quais essa violência não se destina. Assim, mais do que agir violentamente contra alguém, a violência ritual do sacrifício, inibe a violência contra outros membros do grupo.

Neste caso podemos analisar a violência sexual contra crianças e adolescentes de três perspectivas, a partir da noção de rito<sup>4</sup>: (1) rito de manutenção; (2) rito de destruição; (3) rito de controle.

## 5.2 Rito de manutenção

*A casa de Chefe sempre foi bem habitada, desde que se casou com Primeira. Ela já tinha uma filha, um relacionamento rápido antes de Chefe, que acabou criando a menina. Do casamento vieram os filhos, homens e mulheres, em tempos diferentes e com idades diversas. Alguns se casaram, mas Chefe não os deixou sair de casa. Aumentou os quartos, dividiu as contas e fez do filho mais velho - um policial - o gerente do espaço doméstico.*

*Aos poucos nasceram netos e netas e com isso, alguns filhos quiseram sair da casa. Chefe não aceitou e logo fez mais reformas e para que houvesse espaço também para as crianças. Mas a dinâmica da casa, e da vida de Chefe, foi ameaçada quando um dos filhos, policial militar, disse que iria embora para uma casa só dele. Uma das filhas tinha saído da casa pouco antes, com o marido, e a mais nova “estava muito rebelde”. As coisas não estavam acontecendo com ele gostaria.*

*Um dia bastou para que tudo fosse estabilizado. Chefe entrou no quarto da neta de criação. Ela estava deitada na cama e, da porta, ele masturbou-se na frente na menina. Isso foi repetido muitas vezes, e outras situações, toques, sexos, foram elaborados pelo homem a partir daí.*

---

<sup>4</sup> Essas três perspectivas não têm o compromisso de contribuir para uma categorização dos ritos. Partem de uma inspiração no conceito de rito, com interesses localizados na pesquisa realizada no Grupo de Autores.

*Um dia Chefe resolveu dizer ao filho policial o que havia feito. Houve crise na casa, a filha de criação e a neta saíram. Na polícia deram um jeito de abafar o caso. Apesar da confissão, Chefe não fora pego em flagrante. Já ouvi dizer que para isso “tem que pegar o homem encima da criança”. Com o tempo tudo passou. Ninguém mais saiu de casa.*

Parece estranho pensar nesse cenário como um rito. Contudo há elementos que, se levados em consideração, dão conta de uma das partes do conceito: uma sequência de ações de Chefe fez com que a ordem da casa não fosse mais ameaçada.

Primeiro percebemos os traços de dissolução do espaço doméstico. Mesmo com uma redistribuição das tarefas, a elevação do filho mais velho à outro status, a ordem da casa permanece comprometida. Em seguida Chefe toma uma atitude mais drástica, violenta. Opta pelo laço de parentesco *mais frágil*, fazendo questão de enfatizá-lo na narrativa do abuso sexual.

O abuso sexual cometido contra a *neta de criação* não afeta diretamente Primeira, esposa de Chefe. Há uma mediadora na relação entre Primeira e a criança abusada, a saber, a *filha de criação*. Girard (1990) afirma que o rito sacrificial é realizado com o consentimento daqueles que pertencem ao grupo social e que,

“a sociedade procura desviar para uma vítima relativamente indiferente, uma vítima “sacrificiável”, uma violência que talvez golpeasse os seus próprios membros, que ela pretende proteger a qualquer custo”.

Após o abuso sexual cometido, a família de Chefe o protege. Quem sai da casa é a parcela vitimada da história.



### 5.3 Rito de destruição

*Magistri trabalhou durante muito tempo, como professor do ensino fundamental, em uma escola pública do bairro onde morava. Com o tempo, tornou-se uma pessoa influente no bairro, sendo respeitado por pais e professores.*

*Passava o dia junto das crianças, em contato constante com os pais, professores e funcionários da instituição. Ensinava Língua Portuguesa e apresentou à diretora um projeto de reforço aos alunos com notas baixas e desempenho insatisfatório na disciplina. No mesmo período, as notas de algumas alunas caíram. Principalmente na disciplina de Magistri e, por orientação da coordenação da escola, as alunas deveriam participar obrigatoriamente do reforço oferecido pelo professor.*

*O reforço em Língua Portuguesa ocorria numa das salas de aula, no horário posterior ao das aulas normais. Enquanto a maioria das pessoas na escola saía, Magistri realizava as aulas de reforço. Inevitavelmente, havia meninos com notas baixas também, mas logo depois das primeiras semanas, esses começaram a fazer as atividades do reforço em uma sala separada, longe do professor e das coleguinhas. Na sala com as meninas, Magistri chamava uma a uma. Levantava suas camisetas e tocava-lhes os mamilos, fazia carinhos nos rostos, mostrava o pênis. Depois lhes dizia que não contassem nada. Essa rotina deu-se por meses, até que uma das meninas o denunciou.*

*Houve pânico na escola e depois houve descrença na história contada pela criança. A credibilidade do confiável professor não seria facilmente abalada com o relato de uma menina com notas baixas que fazia um reforço gratuito. Fora acusada de “fazer isso”*

*para afastar o professor, acabar com o reforço, driblar os esforços da educação em lhe tornar uma aluna melhor e etc. Os pais dos alunos da escola não acreditavam na versão contada pela menina, alguns eram vizinhos de Magistri e lhe davam total apoio. O cenário mudou quando outra menina confirmou os toques, os apertos, os carinhos de Magistri. Depois dela surgiram outras, até que fossem vinte meninas. As pessoas do bairro tentaram invadir a escola para agredir o professor e polícia militar foi chamada pra conter a revolta. Dentro da escola, professores e coordenação não sabiam como lidar com o assunto.*

*Devido aos impasses, que poderiam chegar à violência contra Magistri, o Creas interviu com urgência. Sob toda a pressão das circunstâncias, Magistri admitiu que praticasse os abusos contra as meninas. Foi afastado da escola, e transferido para um CEJA, Centro de Educação para Jovens e Adultos. Também precisou mudar do bairro, pois todos por ali conheceram a sua história.*

O caso de Magistri apresenta características distintas do caso de Chefe. Há elementos relacionados ao prazer, mais evidentes que no caso anterior. Não que esse prazer sexual não estivesse presente no abuso cometido por Chefe, provavelmente estava, mas esse não é o problema com o qual ele lida. No caso de Chefe, é evidenciada a violência e o cálculo – ainda que no nível inconsciente das ideias, - acerca do abuso sexual. Chefe não faz da criança seu objeto de prazer/desejo. Suas pulsões são medidas pelo poder estabelecido na sua casa.

Bataille (2014) aproxima erotismo e violência, pois o sexo, a paixão, o desejo que desencadeia são por si, violentos. Assim como na distinção entre natureza e cultura, onde a cultura nos distingue dos demais seres, afirma que o erotismo, é a manifestação da sexualidade que nos diferencia, por exemplo, dos seres assexuados.

A partir de então, Bataille cria uma, quase uma equação: ao contrário dos seres assexuados cuja reprodução representa a continuidade daquele mesmo ser, entre os humanos o sexo anuncia nosso fim. Quando os humanos procriam, não é o mesmo que ser que surge e permanece a viver, mas outro ser, que viverá mais tempo do que nós – tempo que não viveremos. O erotismo humano anuncia a morte.

Assim, o erotismo é percebido por Bataille (2014) como a transgressão da ordem social. Ele anuncia a morte da ordem como ela é, e prevê o surgimento de uma nova organização.

Magistri tem de lidar com o fato de seu desejo sexual ser voltado para crianças. Chamam-lhe pedófilo por isso, e agora lhe é proibido dar aulas em escolas com crianças. Segundo Bataille (2014),

“O erotismo é um dos aspectos da vida interior do homem. Nisso nos enganamos porque ele procura constantemente fora um objeto de desejo. Mas este objeto responde à *interioridade* do desejo. A escolha de um objeto depende sempre dos gostos pessoais do indivíduo: [...] o que entra em jogo é frequentemente um aspecto indizível, não uma qualidade objetiva desse [objeto].”

A lógica do argumento de Bataille é de que o erotismo ao invés de manter, como Chefe procurou fazer, Magistri é o destruidor da ordem social através da sua *erótica*.

## 5.5 Rito de controle

Jacob Levy Moreno, criador do psicodrama, modelo terapêutico que associa teatro e terapia, e que organiza a metodologia do Grupo de Autores. Nos encontros do teatro psicodramático realizados por Moreno, ele afirma que uma de suas amigas representava uma mulher meiga. Um homem que também participava do psicodrama acabou apaixonando-se por ela, principalmente pelo seu calmo temperamento, e casaram-se.

Contudo, depois de casados o rapaz percebeu que a esposa era agressiva em casa, muito diferente daquela que conhecera no teatro. O rapaz, então, pediu ajuda a Moreno, que por sua vez pediu à moça que passasse a interpretar uma personagem violenta. Paulatinamente, a moça tornou-se meiga em casa, e passou a interpretar uma mulher agressiva no teatro psicodramático.

Essa pequena história ilustra os argumentos de Girard e Moreno, e creio que ambos têm propostas semelhantes acerca da violência, principalmente ao compreendê-la como um sentimento inerente ao ser humano, supondo necessária a sua vazão. O Grupo de Autores funciona como uma ritual, um intervalo da vida cotidiana, onde se pode falar sobre o que costumeiramente os homens não falam; onde as expressões podem ser intensas, nos gestos, nos gritos para falar mais alto do que o outro, nos exercícios de reflexão propostos pela psicóloga.

O grupo de autores, ao mesmo tempo que é o espaço de expiação das violências do futuro, é também, o lugar que possibilita a reorganização do mundo destruído.

## 6. Cronograma de Atividades

Nº	Descrição	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
		2013					2014						
	Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Participação quinzenal nas reuniões do <i>Grupo de Autores</i> .	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	-
	Levantamento e análise das fichas de atendimento aos autores atendidos no Creas-Manaus	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
	Organização e análise do material obtido no registro das reuniões do grupo.	-	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	-
	Apresentação oral parcial do projeto	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
	Elaboração relatório parcial	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
	- Elaboração do Resumo e Relatório Final (atividade obrigatória) - Preparação da Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X

## 7. Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do Sul de Portugal*. Anuário Antropológico, pp 161-190, 1995.

BATAILLE, Georges. O Erotismo. Belo Horizonte: Autentica Ed., 2014.

BRAZ, Camilo. Vestido de Antropólogo: nudez e corpo em clubes de sexo para homens. Revista Bagoas, UFRN, 2009, n. 3, p. 75-95.

CLAYTON, Max. A teoria de papéis e sua aplicação na prática clínica. In: O psicodrama após Moreno – Inovações na teoria e na prática. Org. HOLMES, Paul; KARP, Marcia; WATSON, Michael. Ed. Ágora, 1994.

DA MATTA, Roberto. Apresentação. In: GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu, 2011; v. 37, 9-41.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade, 2: O uso dos prazeres. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

GIRARD, René. A violência e o sagrado. São Paulo: Ed. Paz e Terra/Ed. Unesp, 1990.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. Cadernos Pagu, UNICAMP, 2003, n 20, p.87-120.

LAQUEUR, Thomas W. Sexo solitario. Una historia cultural de la masturbación. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia:diferentes nomes, diferentes problemas?. Sexualidade, Saúde e Sociedade – Revista Latino Americana, Rio de Janeiro, 2010, n.5, p. 9-29.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. Cadernos Pagu, UNICAMP, 2003, n. 20, p. 7-85.

MORENO, Jacob Levy. Psicodrama. Editora Pensamento-Cultrix, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Roberto de Cardoso. O Trabalho do Antropólogo. 3 ed. São Paulo:Unesp, 2006.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade.

VIGARELLO, Georges. Historia do estupro. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1998. BRAZ, Camilo. Vestido de Antropólogo: nudez e corpo em clubes de sexo para homens. Revista Bagoas, UFRN, 2009, n. 3, p. 75-95.

WIGGERS, Raquel. *Violência contra mulher: o que mudou em dez anos?*. Fazendo o Gênero, Florianópolis, de 25 a 28 de Agosto de 2008.